

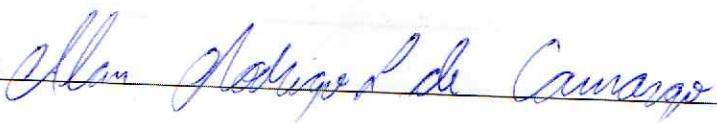
**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA  
EDUCAÇÃO- CACS FUNDEB 15/02/2023**

Aos quinze dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e três, na Sala do Brasão, da secretaria municipal de educação de Ubatuba, localizada na Rua Gastão Madeira, 101, ocorreu a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. A reunião ocorreu as quatorze e meia, com o senhor Augusto, presidente do conselho, agradecendo a presença de todos e apresentando como primeira pauta a discussão do calendário do conselho. Falou da importância do conselho e também de que os conselheiros exerçam suas atribuições com propriedade. Explicou que a senhora Maristela faria uma apresentação sobre a prestação de contas que é feita aos conselhos e que informações estão lá contidas, considerando a insegurança dos novos conselheiros sobre o relatório apresentados na última reunião. O sr. Augusto aproveitou para pontuar que o conselho, além das prestações de contas, deve acompanhar também a execução do FUNDEB, além de outras verbas citadas nos manuais, como o PNATE. A sra. Maria do Carmo *falou sobre a filiação do município com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação-UNCME*, e que esta já tem ofertado encontros formativos com os conselhos, ao que o sr. Alan explicou que há previsão de que em breve ocorra o encontro com o CACS-FUNDEB. O sr. Augusto deu seguimento a reunião com o voto para os melhores dias para as reuniões do conselho. A sra. Maria do Carmo, que é presidente do Conselho Municipal de Educação-CME e coordenadora pedagógica, mencionou que as segundas ser dias bem ocupados nas escolas, e que o CME optou por fazer as reuniões ordinárias nas terças, acrescentando quarta se mostra um dia bom para reuniões, ao que obteve a concordância dos demais conselheiros, que por maioria, optou por cinco votos a quatro, realizar as reuniões sempre no período da tarde. A sra. secretaria de educação, Maria de Fátima, adentrou a reunião cumprimentando a todos. Falou sobre a requisição de muitos professores sobre o novo piso do magistério, e que o ex-presidente mencionou o valor de trinta por cento, pois haviam estados e municípios brasileiros que pagavam valores muito baixos e defasados, e que a aprovação dos professores do município cobre o valor mínimo, para que haja equiparação da classe. A sra. Claudia Romana Pontuou que as incorporações não podem ser consideradas no cálculo, especialmente por estas não serem discriminadas no holerite. A sra. Maristela explicou que isso afetará a referência 1 do magistério, e que as demais subiriam de forma equivalente, mas que isso ainda seria analizado pelo jurídico. A sra. Mônica sugeriu que fosse realizada uma conversa com a diretoria regional, para que o município conheça a forma que o Estado está aplicando o

reajuste. A sra. secretária explicou que está sendo realizado também um estudo do impacto financeiro, pois devem observância à lei de regularidade fiscal. Questionou se haviam chegado a um acordo quanto ao calendário de reuniões do conselho, ao que o sr. Augusto informou que sim, que as reuniões ordinárias ocorreriam na última quarta do mês, no período da tarde. A sra. Maria de Fátima falou então sobre a intenção de construção de novas unidades, bem como da organização das que já existem, onde a secretaria não é próxima da entrada, o que além de mais trabalhoso para quem precisa do atendimento, ainda exige o acesso de pessoas ao espaço escolar, e que deseja mudar isso. A palavra então foi passada à sra. Maristela, que preparou ao conselho uma apresentação explanando melhor sobre a prestação de contas. Explicou que seria breve e objetiva, tratando sobre os direitos do conselho de solicitar documentos, esclarecimentos ou mesmo a presença de técnicos de outras secretarias, como a de fazenda, se julgarem necessário. Apresentou a visão geral da secretaria municipal de educação e seu organograma, para que o conselho tomasse conhecimento de para que setor deveriam encaminhar suas requisições e questionamentos. Avançou para um slide que explicava brevemente sobre orçamento público e apresentou um vídeo do site do Senado Federal, que tratava do assunto. Ela explicou que neste site, haviam muitos vídeos explicativos sobre orçamento e gestão pública, e convidou os conselheiros a assisti-los quando puderem, a fim de aumentar seu entendimento sobre o assunto. Falou sobre as leis orçamentárias e a importância do planejamento, que é uma exigência legal dentro da gestão pública. Passou outro vídeo falando sobre as leis orçamentárias que as gestões, independente de qual esfera, precisam seguir. Após o vídeo, a sra. Maristela reforçou a importância de se entender o conceito de orçamento, que é elaborado muitas vezes meses antes da despesa de fato ocorrer. Apontou que ambos os valores, tanto orçados, como pagos, encontram-se nas prestações de contas apresentadas a cada trimestre. Explicou então os conceitos de valores reservados, empenhados, liquidados e pagos, que seriam as etapas da efetivação das despesas e pagamentos. Ela então apresentou outro vídeo que explicava sobre o orçamento e as etapas das compras, também do site do Senado. Concluindo o vídeo, a sra. Maristela falou então das despesa que compõe os vinte e cinco por cento do orçamento municipal, que devem por lei ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino. O sr. Augusto questionou se as despesas com merenda são custeadas com este recurso, ao que explicou que não, pois é considerado um gasto de caráter assistencialista, sendo custeado com recursos do QSE e do tesouro puro. Falou então sobre o pagamento de profissionais da educação, que também são custeados com os vinte e cinco por cento, e com recurso do FUNDEB, explicando que alguns profissionais acabam não entrando nos setenta por cento que devem ser aplicados com profissionais da educação, como psicólogos e

fonoaudiólogos, ao que o sr. Augusto respondeu que havia lido nos conteúdos que estudou que tais profissionais poderiam sim ser custeados com a fatia dos setenta por cento do FUNDEB, e disse que iria trazer o conteúdo que falava sobre. Por fim, a sra. Maristela falou sobre as formações que a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação-UNCME tem oferecido, e de uma mais completa cujo edital encontra-se aberto, e que os interessados deverão se inscrever online através do link disponibilizado no mesmo, que será enviado ao grupo do conselho. A sra Maristela agradeceu a atenção e paciência de todos e, não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata.

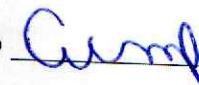
Alan Rodrigo Leite de Camargo



Rosangela Briet da Silva Leite

Claudia Romana de Oliveira Bento

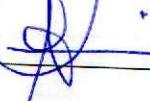
Augusto César Monteiro



Michelle Cristina Gomes



Ana Tereza Bento Vieira de Moraes



Edvaldo Florentino da Silva

Maria do Carmo Benício Oliveira

